

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PESSOAL

ICA 30-6

**EMIÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO
DE SERVIÇO MILITAR, DE SERVIÇO
DE GUERRA E INTEIRO TEOR**

2019

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL



PESSOAL

ICA 30-6

**EMIÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO
DE SERVIÇO MILITAR, DE SERVIÇO
DE GUERRA E INTEIRO TEOR**

2019



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

PORTARIA Nº 2.721/3HI1, DE 27 DE ABRIL DE 2019.

Aprova a instrução para “Emissão de Certidão de Tempo de Serviço Militar, de Serviço de Guerra e de Inteiro Teor”.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 10º, do Regulamento da Diretoria de Administração do Pessoal, aprovado pela Portaria nº 1.327/GC3, de 11 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 30-6, "Emissão de Certidão de Tempo de Serviço Militar, de Serviço de Guerra e de Inteiro Teor".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DIRAP Nº 5.531/3HI1, de 24 de setembro de 2018, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 170, de 27 de setembro de 2018.

Maj Brig Ar MAURO MARTINS MACHADO
Diretor de Administração do Pessoal

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	5
1.1	FINALIDADE	5
1.2	CONCEITUAÇÕES.....	5
1.3	CONSIDERAÇÕES GERAIS	8
1.4	ÂMBITO.....	8
2	CERTIDÃO.....	9
2.1	TIPOS	9
2.2	COMPETÊNCIA PARA EMISSÃO.....	12
2.3	PROCEDIMENTOS PARA REQUERER	12
2.4	ELABORAÇÃO	15
2.5	EXPEDIÇÃO	16
3	DISPOSIÇÕES GERAIS	17
4	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	18
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19
	ANEXO 1 - MODELO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO MILITAR	22
	ANEXO 2 - MODELO DE CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR.....	23
	ANEXO 3 - MODELO DE CERTIDÃO DE SERVIÇO DE GUERRA PARA MILITAR CONSIDERADO EX-COMBATENTE	24
	ANEXO 4 - ATIVIDADES RECONHECIDAS COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GUERRA POR MILITAR CONSIDERADO EX-COMBATENTE	25
	ANEXO 5 - MODELO E CERTIDÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GUERRA PARA MILITAR QUE PERMANECEU NO SERVIÇO ATIVO ATÉ A INATIVIDADE	26
	ANEXO 6 - MODELO DE CERTIDÃO DE SERVIÇO DE GUERRA PARA PILOTO CIVIL	27
	ANEXO 7 - MODELO DE REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO	28
	ANEXO 8 - REQUERIMENTO DE CERTIDÃO POR PROCURAÇÃO, PENSIONISTA, BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL	29

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente instrução tem por finalidade estabelecer as normas reguladoras para emissão de Certidão de Tempo de Serviço Militar, de Serviço de Guerra e de Inteiro Teor no âmbito do Comando da Aeronáutica, com vista à padronização dos procedimentos a serem executados pelas Organizações Militares.

1.2 CONCEITUAÇÕES

1.2.1 ALTERAÇÕES

Alteração é todo assunto publicado em boletim, inerente ao militar do Comando da Aeronáutica.

1.2.2 BENEFICIÁRIO DA PENSÃO MILITAR

Todo beneficiário da pensão é, em princípio, um dependente econômico do declarante, podendo esta dependência ser “presumida”: quando é intrínseca e não depende da comprovação; e “comprovada”: quando o beneficiário deve comprovar a total dependência econômica, não podendo prover qualquer meio de subsistência ou não dispondo de renda, de qualquer fonte, em valor igual ou superior a um salário mínimo, devendo, caso a caso, serem apresentados os documentos pertinentes.

1.2.3 CERTIFICADO DE RESERVISTA

Documento comprovante de inclusão do brasileiro na Reserva do Exército, Marinha ou da Aeronáutica (Art. 164, do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 – RLSM).

1.2.4 CONSELHO DE DISCIPLINA

1.2.4.1 É o procedimento administrativo que tem por finalidade a apuração de irregularidades atribuídas a Aspirantes a Oficial e a Praças com estabilidade assegurada, que, por suas condutas, tornem-se presumivelmente incapazes de permanecerem na ativa, criando-lhes, ao mesmo tempo, condições para se defenderem.

1.2.4.2 O Conselho de disciplina pode, também, ser aplicado, ao Aspirante a Oficial e às demais praças, reformadas ou na reserva remunerada, presumivelmente, incapazes de permanecerem na situação de inatividade em que se encontrem.

1.2.5 CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO

1.2.5.1 É o instrumento de que dispõem as Forças Armadas para julgar o comportamento de seus Oficiais, com vista à preservação das qualidades morais e profissionais que devem permear a vida castrense.

1.2.5.2 É um processo administrativo-militar, de natureza disciplinar e moral. Constitui-se em um instrumento hábil para apurar fatos que possam caracterizar a conduta do Oficial como incompatível para sua permanência na ativa ou mesmo na inatividade, criando, ao mesmo tempo, condições para que aquele se justifique.

1.2.5.3 Trata-se de um processo especial, regulamentado por lei especial. Pode começar e terminar na esfera administrativa; mas pode exigir que a sua decisão seja proferida em instância judicial, quando comprovado que as ações do Oficial se configuram em crime e/ou justificam a perda do posto e da patente ou sua reforma.

1.2.6 DESLIGAMENTO

Ato pelo qual o militar é desvinculado completamente de uma Organização Militar (OM), passando da situação de “na ativa” para a de “inativo” na forma e condições previstas no Estatuto dos Militares.

1.2.7 DESPACHO DECISÓRIO

Expedido pelos Comandantes, Secretários, Chefes e Diretores de Organização Militar, em virtude de competência regimental ou delegada com a finalidade de proferir decisão sobre requerimentos submetido à sua apreciação ou ordenar a execução de serviços. Os despachos decisórios serão devidamente fundamentados.

1.2.8 DEPENDENTE DE MILITAR

São considerados dependentes de militar todos aqueles que se enquadrem nas situações previstas no Estatuto dos Militares e nas legislações correlatas.

1.2.9 “ EX OFFICIO”

Termo usado para atos administrativos que independem de provocação de interessados, devendo ser providenciados por Órgão Público competente na forma disposta na Lei.

1.2.10 HISTÓRICO MILITAR

Registro, em ordem cronológica de publicação em boletim interno da Organização Militar, das principais alterações ocorridas ao longo da carreira do militar.

1.2.11 INCORPORAÇÃO

Uma das formas de ingresso equivalente à nomeação ou matrícula mediante ato de inclusão do convocado ou voluntário em Organização Militar.

1.2.12 LICENÇA ESPECIAL

Afastamento total do serviço, relativo a cada decênio de tempo de efetivo serviço prestado até 29 de dezembro de 2000.

1.2.13 LICENÇA PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE, OU COMPANHEIRO

Licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) é a autorização para o afastamento total do serviço, concedida a militar com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço que a requeira para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) que, sendo servidor público da União ou militar das Forças Armadas, for, de ofício, exercer atividade em órgão público federal situado em outro ponto do território nacional ou no exterior, diverso da localização da Organização Militar do requerente.

1.2.14 LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR

1.2.14.1 Licença para tratar de interesse particular é a autorização para o afastamento total do serviço, concedida ao militar, com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço, que a requeira com aquela finalidade.

1.2.14.2 A licença de que trata este subitem será sempre concedida com prejuízo da remuneração e da contagem de tempo de efetivo serviço, exceto, quanto a este último, para fins de indicação para a quota compulsória.

1.2.15 LICENCIAMENTO

Um dos motivos de exclusão do serviço ativo das Forças Armadas disciplinado na forma e condições dispostas no Estatuto dos Militares.

1.2.16 MATRÍCULA

Uma das formas de ingresso equivalente à incorporação ou nomeação mediante ato de inclusão do convocado ou voluntário em Organização Militar.

1.2.17 NÚMERO DE ORDEM

É um número gerado, automaticamente, pelo banco de dados do Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES), atribuído à pessoa cadastrada, por ocasião de seu ingresso no Comando da Aeronáutica.

1.2.18 PERÍODO

Termo correspondente ao lapso temporal decorrido, necessariamente, a partir da data de ingresso em qualquer Organização Militar da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica e o consequente desligamento, computado para contar tempo de serviço nas Forças Armadas.

1.2.19 PROCURADOR

Pessoa que recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses.

1.2.20 REQUERENTE

Pessoa que tenha prestado serviço no Comando da Aeronáutica, beneficiário do militar falecido, pensionistas, procurador ou representante legal.

1.2.21 REPRESENTANTE LEGAL

O representante legal é aquele a quem a norma jurídica confere poderes para administrar bens alheios, como o pai, ou mãe, em relação a filho menor, quanto o tutor ao pupilo e curador, no que concerne ao curatelado. A representação legal presta-se para servir aos interesses do incapaz. Nesses casos, o poder de representação decorre diretamente da lei, que estabelece a extensão do âmbito da representação, os casos em que é necessária, o poder de administrar e quais as situações em que se permite dispor dos direitos do representado.

1.2.22 SERVIÇO ATIVO

São equivalentes as expressões "na ativa", "da ativa", "em serviço ativo", "em serviço na ativa", "em serviço", "em atividade" ou "em atividade militar", conferidas aos militares no desempenho de cargo, comissão, encargo, incumbência ou missão, serviço ou atividade militar ou considerada de natureza militar nas Organizações Militares das Forças Armadas, bem como na Presidência da República, na Vice-Presidência da República, no Ministério da Defesa e nos demais órgãos quando previsto em lei, ou quando incorporados às Forças Armadas.

1.2.23 SIGADAER

Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica destinado à redação, trâmite, expedição, recebimento, e arquivamento de documentos no âmbito do Comando da Aeronáutica.

1.2.24 SIGPES

Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal destinado a produzir informações, a partir de um único banco de dados de pessoal, relativas ao efetivo militar e civil, ativos, inativos, ou pensionistas do Comando da Aeronáutica.

1.2.25 TEMPO DE EFETIVO SERVIÇO

Tempo de efetivo serviço é o espaço de tempo computado dia a dia entre a data de ingresso e a data-limite estabelecida para a contagem ou a data do desligamento em

consequência da exclusão do serviço ativo, mesmo que tal espaço de tempo seja parcelado, na forma e condições previstas no Estatuto dos Militares.

1.3 CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.3.1 As informações prestadas à Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP) não deverão tratar de assuntos distintos no mesmo documento, ou seja, um requerimento deverá ser confeccionado para cada tipo de Certidão e/ou para cada finalidade, ainda que o processo trate do mesmo tipo de Certidão.

1.3.2 Todos os processos administrativos serão disciplinados e padronizados pela ICA 35-1 – Padronização de Processos Administrativos.

1.3.3 Todos os requerimentos deverão ser conferidos, obrigatoriamente, antes de serem protocolados. No caso de estarem com preenchimento incorreto e/ou incompleto, serão restituídos aos requerentes no ato ou à Organização Militar de origem dos mesmos mediante despacho de encaminhamento

1.3.4 Todos os processos remetidos à DIRAP deverão estar rigorosamente de acordo com o previsto na ICA 10-1, Correspondências e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica (ICAER).

1.3.5 À Secretaria Geral da DIRAP (SECG) compete receber, conferir e protocolar todos os requerimentos relativos a certidões direcionado à DIRAP.

1.4 ÂMBITO

Esta Instrução, de observância obrigatória, aplica-se a todas as Organizações Militares do COMAER.

2 CERTIDÃO

2.1 TIPOS

Mediante requerimento, poderão ser emitidas as seguintes Certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações:

- a) Certidão de Tempo de Serviço Militar;
- b) Certidão de Inteiro Teor;
- c) Certidão de Serviço de Guerra para Militar;
- d) Certidão de Prestação de Serviço de Guerra; e
- e) Certidão de Serviço de Guerra para Piloto Civil.

2.1.1 CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO MILITAR

É o documento que expressa o tempo de efetivo serviço prestado como militar para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

2.1.1.1 A certidão será confeccionada conforme, modelo constante no Anexo 1, constando, obrigatoriamente, no corpo do documento as informações previstas no item 2.4.6 desta ICA, obedecendo as formas descritas nos subitens abaixo:

2.1.1.2 A legislação que o militar estava regido à época em que se encontrava em serviço ativo:

“No período supracitado, estava regido pela Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954 (Lei de Inatividade dos Militares), Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965 (Lei de Inatividade dos Militares), Lei nº 5.774, de 23 de dezembro de 1971 (Estatuto dos Militares) e Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares)”.

2.1.1.3 O tempo de serviço público ou privado averbado no COMAER:

2.1.1.3.1 Público:

“Consta ter averbado, no Comando da Aeronáutica, (anos/meses/dias) de tempo de serviço público (federal/estadual/municipal/distrital), prestado no (nome Órgão), no período de ...a...”.

2.1.1.3.2 Prestado em atividades privadas:

“Consta ter averbado, no COMAER, (anos/meses/dias) de tempo de serviço, prestado em atividades privadas, no período de... a...”.

2.1.1.4 O modelo da certidão:

“Esta Certidão está de acordo com o modelo previsto na Instrução para Emissão de Certidão de Tempo de Serviço Militar, de Serviço de Guerra e de Inteiro Teor no âmbito do Comando da Aeronáutica, aprovada pela Portaria n.º XXX/3HI1, de XX de XXX de XXXX, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica n.º XXX, de XX de XXX de XXXX.”

2.1.1.5 Nos casos em que o requerente possua mais de 10 (dez) anos de tempo de serviço, deverá ser observado, no SIGPES, se o mesmo gozou a Licença para Tratar de Interesse Particular. Caso conste publicado, em suas alterações, incluir a informação a seguir, após o tempo de efetivo serviço:

“Consta haver gozado XX (XXXX) meses de Licença para Tratar de Interesse Particular, a que fez jus, nos termos do Art. 69, parágrafo único, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares.

2.1.1.6 Nos casos em que o requerente seja da Inatividade Remunerada, incluir a informação a seguir, após o tempo de efetivo serviço:

“O(s) referido(s) tempo(s) já foi(ram) computado(s) para fins de inatividade remunerada no Comando da Aeronáutica e não poderá(ão) ser objeto(s) de averbação em qualquer outro órgão público ou instituição previdenciária, nos termos do Art. 3º, do Decreto-Lei nº 1.041, de 21 de outubro de 1969.”

2.1.1.7 Quando solicitado no requerimento, poderão ser concedidas, no texto da certidão, outras informações relativas ao tempo de serviço militar prestado, obedecendo à forma abaixo descrita:

2.1.1.7.1 Licença Especial (LESP) gozada/não gozada:

“Consta haver gozado/não gozado ((nº) meses da Licença Especial, referente ao decênio de (ano/ano), a que fez jus, nos termos do Art. (...) da Lei (n.º/data) – Estatuto dos Militares), combinado com o Art. 1º, da Lei nº 283, de 24 de maio 1948”.

2.1.1.7.2 Deverão ser observados, neste caso, os artigos dos Estatutos vigentes à data da aquisição do benefício à LESP, infra-relacionados:

- Art. 64 do Decreto-Lei nº 1.029, de 21 de outubro de 1969;
- Art. 73 da Lei nº 5.774, de 23 de dezembro de 1971; e
- Art. 68 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

2.1.1.8 Atividades desempenhadas como aeronavegante.

2.1.1.8.1 Quando piloto:

“Consta haver exercido atividade aérea como piloto militar da Força Aérea Brasileira no período de (dia/mês/ano), data de seu primeiro voo solo em aeronave militar, a (dia/mês/ano), data de seu desligamento, fazendo jus à compensação orgânica, destinada a compensar os desgastes orgânicos consequentes das radiações e ruídos, das acelerações, das variações barométricas e dos danos psicossomáticos, resultantes do desempenho das atividades de voo”.

2.1.1.8.2 Quando militar aeronavegante:

“Consta haver exercido atividade aérea como militar aeronavegante da Força Aérea Brasileira no período de (dia/mês/ano) a (dia/mês/ano), data de seu desligamento, fazendo jus à compensação orgânica, destinada a compensar os desgastes orgânicos consequentes das radiações e ruídos, das acelerações, das variações barométricas e dos danos psicossomáticos, resultantes do desempenho das atividades de voo”.

2.1.1.8.3 Atividades desempenhadas em raios-x:

“Consta haver exercido, no COMAER, atividades em raios-x, de que trata a Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950, no período de (dia/mês/ano) a (dia/mês/ano)”.

2.1.1.8.4 Não averbação, no COMAER, de tempo de serviço prestado em atividades públicas ou privadas:

“Não consta ter averbado, no COMAER, qualquer tempo de serviço prestado em atividades públicas ou privadas”.

2.1.1.8.5 Tempo de serviço prestado em localidade especial:

“Consta haver servido, na localidade de (cidade), no período de (dia/mês/ano) a (dia/mês/ano), considerada localidade especial categoria (“A”/“B”), conforme (Lei/Decreto/Portaria - nº/data)”

2.1.1.9 Cálculo do tempo a ser colocado na certidão.

2.1.1.9.1 Tempo de efetivo serviço em dias (exigido para os órgãos previdenciários).

O tempo de efetivo serviço contado dia a dia entre a data do ingresso e a data do desligamento, realizando na calculadora do Windows (opção cálculo de datas), a subtração entre a data do desligamento acrescida de 01 (um) dia, haja vista ser computado o dia do desligamento como dia trabalhado, e a data de ingresso no serviço ativo (incorporação, matrícula ou nomeação). Ambas publicadas nas alterações do militar (histórico militar). O resultado dar-se-á, no campo “Diferença (dias)”, da calculadora.

2.1.1.9.2 Tempo de efetivo serviço em anos, meses e dias, utilizado nas Forças Armadas, conforme Estatuto dos Militares, conforme previsto §4º, art. 140, da Lei nº 5.774, de 23 de dezembro de 1971 e/ou §4º, art. 136, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

Na calculadora do Windows (opção cálculo de datas), realizar a subtração entre o dia posterior ao desligamento (inclusive) e a data de ingresso (incorporação, matrícula ou nomeação) no serviço ativo. Ambas publicadas nas alterações do militar (histórico militar). Adicionar mais 01 (um) dia para cada **dia 29 do mês de fevereiro** compreendido no período. O resultado dar-se-á, no campo “Diferença (anos, meses, semanas e dias)”, da calculadora.

2.1.1.9.3 Quando o requerente houver ingressado e tiver sido desligado, anteriormente, de outra Força Singular (Marinha ou Exército), com interrupção, na contagem do tempo de serviço, na certidão emitida, constará o computo do tempo de efetivo serviço contado dia a dia entre a data do ingresso e a data do desligamento, cujo resultado será adicionado ao computo do tempo de efetivo serviço no COMAER.

2.1.1.9.4 Segundo o art. 134, § 2º, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, o tempo de serviço militar dos alunos, em curso de formação de reserva, para fins de inatividade, é computado na base de um dia para cada período de 8 horas de instrução, desde que concluído com aproveitamento a formação militar. Da mesma forma, a Lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 14 de agosto de 1964), em seu art. 63, parágrafo único, assegura a contagem, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço do convocado matriculado, em curso de formação de reserva, também na base de um dia para cada 8 horas de instrução, desde que concluído com aproveitamento. Cabe lembrar que este cálculo é feito pelo órgão de formação da reserva (CPOR, NPOR, etc).

2.1.2 CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

É o documento que expressa o conteúdo de um ato ou fato, acerca do militar, publicado no âmbito do COMAER ou constante de seu histórico militar, para a finalidade indicada pelo requerente.

A certidão será confeccionada conforme modelo constante no Anexo 2.

2.1.3 CERTIDÃO DE SERVIÇO DE GUERRA PARA MILITAR

2.1.3.1 A Certidão deverá conter o período de prestação de serviço militar e a participação efetiva em operações bélicas, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967.

2.1.3.2 A Certidão de Serviço de Guerra alcança somente os ex-combatentes, ou seja, aqueles militares que serviram no Teatro de Operações da Itália, que cumpriram missões de patrulhamento aéreo, no litoral brasileiro, ou integraram tropa transportadas, em navios

escortados por navios de guerra, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, e, após isso, retornaram definitivamente à vida civil.

2.1.3.3 A certidão será confeccionada conforme modelo constante no Anexo 3.

2.1.4 CERTIDÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GUERRA

2.1.4.1 É o documento que expressa a participação efetiva, em operações bélicas, durante a Segunda Guerra Mundial de militares que permaneceram no serviço ativo até a inatividade, ou seja, os “**veteranos de guerra**”.

2.1.4.2 A Certidão de Prestação de Serviço de Guerra deverá conter, em seu texto, a expressão “**NÃO É EX-COMBATENTE**”, por contrariar a condição prevista no Art. 1º, da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, uma vez que não foi licenciado do serviço ativo, e, com isso, não retornou à vida civil definitivamente após a Segunda Guerra Mundial”.

2.1.4.3 A certidão será confeccionada conforme modelo constante no Anexo 5.

2.1.5 CERTIDÃO DE SERVIÇO DE GUERRA PARA PILOTO CIVIL

2.1.5.1 É o documento que expressa a participação do piloto civil, em missões de patrulhamento, busca, vigilância, localização de navios torpedeados e assistência aos naufragos, por solicitação de autoridade militar, entre o período de 22 de março de 1941 a 8 de maio de 1945, sendo, por isso, considerado Ex-combatente, nos termos da Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971.

2.1.5.2 A Certidão de Serviço de Guerra para Piloto Civil tem a finalidade de garantir ao piloto e aos seus dependentes, os benefícios concedidos aos ex-combatentes, previstos no Art. 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

2.1.5.3 A certidão será confeccionada conforme modelo constante no Anexo 6.

2.2 COMPETÊNCIA PARA EMISSÃO

2.2.1 A DIRAP é a Organização responsável pela emissão das Certidões de Tempo de Serviço Militar e Certidão de Inteiro Teor para Oficiais, Aspirantes a oficial, Suboficiais e Sargentos.

2.2.2 A última OM ou o Grupamento de Apoio que absorveu as atividades administrativas daquela em que os Cadetes, Alunos, Cabos, Taifeiros e Soldados houverem prestado serviço será a responsável pela emissão de suas Certidões de Tempo de Serviço Militar e Inteiro Teor.

2.2.3 O disposto no subitem anterior aplicar-se-á aos Grupamentos de Apoio e às OM que detêm os arquivos de Unidades desativadas.

2.2.4 A DIRAP é, exclusivamente, a Organização responsável pela emissão das Certidões de Serviço de Guerra.

2.2.5 A Organização responsável pela emissão da Certidão de Inteiro Teor é a DIRAP, quando o pedido se referir a Oficiais, Aspirantes a oficial, Suboficiais e Sargentos, e a última Organização Militar em que prestou serviço, quando se tratar dos demais militares.

2.2.6 O disposto no subitem anterior aplicar-se-á aos Grupamentos de Apoio e às Organizações Militares que detêm os arquivos de Unidades desativadas.

2.3 PROCEDIMENTOS PARA REQUERER

2.3.1 ORIENTAÇÕES GERAIS

2.3.1.1 As Certidões deverão ser solicitadas por meio de requerimento específico, confeccionado conforme modelo constante nos Anexos 7 ou 8 e disponibilizados na aba

download, da página da DIRAP (<http://www.dirap.aer.mil.br>) ou na página da DIRAP, na INTRAER (Documentos/Setores/DHI).

2.3.1.2 Nos requerimentos para concessão das Certidões, o requerente informará, obrigatoriamente, o órgão e a finalidade a que se destina o documento pleiteado, conforme prevê o Art. 2º, da Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, o endereço completo, a fim de possibilitar o encaminhamento, por carta registrada, da Certidão solicitada. Caso o requerente, ou seu representante deseje retirar a Certidão pessoalmente, esta opção deverá constar no requerimento.

2.3.1.3 A Certidão requerida para compor arquivo pessoal, não poderá ser utilizada para quaisquer outros fins.

2.3.2 CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Ao requerimento de Certidão de Tempo de Serviço deverão ser anexadas cópias dos seguintes documentos:

- a) Identidade militar ou civil;
- b) Procuração, pública ou particular, nos casos de representação;
- c) Certidão de Óbito e documento que comprove seu vínculo familiar, no caso do requerente ser dependente de falecido, que tenha prestado serviço no (ao) COMAER;
- d) Folhas de alterações onde constem as datas de inclusão e de desligamento do serviço ativo (exceto os militares da ativa); ou
- e) Certificado de Reservista.

2.3.3 CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Ao requerimento de Certidão de Inteiro Teor, deverão ser anexados, em cópia autenticada ou com a via original, para autenticação pela OM, os seguintes documentos:

- a) Diário Oficial ou Boletim de publicação do ato objeto da solicitação;
- b) Identidade do requerente;
- c) Procuração, pública ou particular, nos casos de representação; e
- d) Cópia autenticada da Certidão de Óbito e documento que comprove seu vínculo familiar, no caso do requerente ser beneficiário de falecido, que tenha prestado serviço no COMAER.

2.3.4 CERTIDÃO DE SERVIÇO DE GUERRA

2.3.4.1 Ao requerimento de Certidão de Serviço de Guerra, deverão ser anexadas, a cópia ou a via original, para cotejamento pela OM, os seguintes documentos:

- a) Certificado de Reservista;
- b) Identidade militar ou civil;
- c) Diploma da Medalha de Campanha na Itália, ou Diploma da Medalha Cruz Aviação, fita “A ou B”, para os tripulantes engajados em missões de patrulha;
- d) Comprovante do número de horas de voo realizadas no Golfo do México e no Mar do Caribe, no período da Segunda Guerra Mundial, acompanhado do original da Declaração do Consulado Geral dos Estados Unidos da América sobre a missão executada, com a respectiva tradução feita por tradutor público juramentado, a fim de ser homologado pelo Comandante da Aeronáutica;

e) Declaração da empresa aérea e homologação pela ANAC das horas de voo, na forma do parágrafo único do Art. 2º, da Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971, para piloto civil;

f) Procuração, pública ou particular, nos casos de representação; e

g) Cópia autenticada da Certidão de Óbito e documento que comprove seu vínculo familiar, no caso do requerente ser dependente de falecido, que tenha prestado serviço no COMAER.

2.3.4.2 Para a homologação de voos realizados na região do Golfo do México e no Mar do Caribe, durante a Segunda Guerra Mundial, o requerimento de Certidão de Serviço de Guerra deverá ser dirigido ao Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica.

2.3.5 REQUERENTES

2.3.5.1 Militares da Ativa, Militares da Reserva Remunerada (R/1), Militares Reformados (Refm), Militares da Reserva não-Remunerada que tenham prestado serviço, no COMAER, e dependentes de falecidos, que tenham prestado serviço, neste Comando, representantes ou procuradores legais.

2.3.5.2 Para os militares da Ativa as Certidões de Tempo de Serviço terão a data de praça como inclusão no Serviço Ativo e a informação de que o requerente permanece no serviço ativo até a data da emissão da Certidão.

2.3.5.3 O requerente, Oficial, Aspirante a Oficial, Suboficial, Sargento, os respectivos pensionistas, procurador ou representante legal, deverá protocolar requerimento em qualquer OM do COMAER, acompanhado da documentação comprobatória. Caso prefira, poderá enviar à DIRAP, cujo endereço encontra-se na página da DIRAP no site: www.dirap.aer.mil.br.

2.3.5.4 A OM recebedora do requerimento providenciará a remessa do mesmo à DIRAP, por meio de Despacho de Encaminhamento.

2.3.5.5 O requerente, Cadete, Aluno, Cabo, Taifeiro, Soldado, seus respectivos pensionistas, ou seus representantes legais, deverá protocolar seu requerimento em qualquer OM do COMAER, acompanhado da documentação comprobatória.

2.3.5.6 Nos casos previstos no item 2.2.2, a OM recebedora do requerimento providenciará, quando cabível, a remessa do mesmo **à última OM que o militar serviu**, por meio de Despacho de Encaminhamento.

Caso a última OM em que o ex-militar tenha prestado serviço esteja extinta, a remessa do requerimento deverá ser feita aos Grupamentos de Apoio e às OM que detêm os arquivos de Unidades desativadas.

2.3.5.7 Oficiais, Aspirantes a Oficial, Suboficiais e Sargentos.

O requerente poderá dar entrada no protocolo geral da OM mais próxima de sua residência, da última OM em que prestou serviço militar, nos Grupamentos de Apoio, na OM que detêm os arquivos das OM desativadas, no protocolo geral da DIRAP ou ainda mediante remessa, por meio de postagem registrada, anexando os documentos pertinentes ao tipo de certidão requerida.

2.3.5.8 Cadetes, Alunos, Cabos, Taifeiros e Soldados licenciados.

2.3.5.8.1 O requerimento deverá dar entrada no protocolo geral da OM mais próxima da residência do requerente, da última OM em que prestou serviço militar, no Grupamento de Apoio, na OM que detêm os arquivos de OM desativadas, ou, ainda, ser encaminhado, mediante remessa, por meio de postagem registrada, anexando os documentos pertinentes ao

tipo de certidão requerida.

2.3.5.8.2 A OM recebedora do requerimento providenciará a remessa do mesmo à OM a qual o militar foi desligado, através de Despacho de Encaminhamento.

2.3.5.8.3 Caso esteja desativada a última OM em que o ex-militar tenha prestado serviço, a remessa do requerimento deverá ser feita à OM detentora de seus arquivos.

2.3.5.9 Dependentes de falecidos que tenham prestado serviço no COMAER.

2.3.5.9.1 Os dependentes de falecidos, previstos no Estatuto dos Militares, ou em legislações correlatas, que tenham prestado serviço no COMAER, poderão requerer Certidão, junto ao protocolo geral da OM mais próxima de sua residência.

2.3.5.9.2 A OM recebedora do requerimento providenciará a remessa do mesmo à OM a qual o militar foi desligado ou a DIRAP através de Despacho de Encaminhamento.

2.4 ELABORAÇÃO

2.4.1 As certidões obedecerão à padronização determinada pela ICA 10-1 Correspondência e Atos Oficiais do COMAER.

2.4.2 A DIRAP e as demais OM providenciarão a elaboração das Certidões, mediante requerimento dos interessados, numerados em seu protocolo geral.

2.4.3 No caso de indeferimento, as OM que, efetivamente, analisarão o requerimento devem emitir parecer acerca do mesmo, confeccionando e publicando o respectivo Despacho Decisório.

2.4.4 Constarão do texto da Certidão a finalidade e o Órgão a que se destina o documento solicitado.

2.4.5 Deverá ser observado o tratamento abaixo indicado para os requerentes nos textos dos itens e das certidões:

a) Posto, acompanhado da expressão “da reserva não remunerada” - para o Oficial licenciado ou demitido;

b) Reservista - para o graduado até o ano em que completar 45 (quarenta e cinco) anos de idade, por subsistir sua obrigação para com o Serviço Militar, conforme dispõe o Art. 5º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar;

c) Senhor – para o graduado em dia com suas obrigações militares após o ano em que completar 45 (quarenta e cinco) anos de idade;

d) Posto ou graduação e especialidade, acompanhado da expressão “da reserva remunerada” ou “reformado” – para os militares inativos; e

e) Posto ou Graduação e especialidade – para os militares em atividade.

f) A expressão “ex”, acompanhada da graduação que possuía para as praças especiais e demais praças.

2.4.6 A Certidão de Tempo de Serviço deverá conter, em seu texto, além do tempo de efetivo serviço militar, o tempo de serviço público ou privado averbado no COMAER, o tempo total de serviço, o regime jurídico ao qual o militar estava regido e assinalar que seu modelo está de acordo com a ICA 10-1 "Correspondência e Atos Oficiais do COMAER".

2.4.7 Na Certidão de Tempo de Serviço, poderão constar, caso solicitado, informações acerca de licenças, férias, localidade especial e outros assuntos correlatos ao tempo de serviço.

2.4.8 Na certidão de Tempo de serviço deverá conter no texto, em negrito, da referida certidão que **"O tempo de serviço militar é computado como tempo de contribuição, conforme previsto no inciso IV do art. 60, do Decreto nº 3.048/99 - Regulamento da Previdência Social. Certifico ainda que, a Instrução Normativa nº 45 INSS/PRES, de 6 de agosto de 2010, do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), reconhece, em seu art. 365, que a Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) relativa ao militar, tanto integrante da Força Armada quanto ao militar dos Estados e do Distrito Federal, por ter regras constitucionais previdenciárias diferenciadas do servidor titular de cargo efetivo, não se submete às normas definidas pela Portaria MPS nº 154, de 15 de maio de 2008."**

2.5 EXPEDIÇÃO

2.5.1 Após a emissão da Certidão solicitada, esta será encaminhada, sempre que possível, por meio de Carta Registrada, ao endereço informado pelo requerente, constante obrigatoriamente no requerimento, ou entregue em mãos ao requerente, ou seu representante, mediante registro de recebimento.

2.5.2 Após a remessa ou entrega da Certidão, a DIRAP/OM arquivará o respectivo processo, o qual conterá uma cópia da Certidão expedida.

3 DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Para fins de aposentadoria, não será emitida Certidão de Tempo de Serviço Militar para averbação simultânea em Órgão Público e em Instituição Previdenciária, tendo em vista o previsto no Art. 3º, do Decreto-Lei nº 1.041, de 21 de outubro de 1969.

3.2 Na elaboração de Certidão de Tempo de Serviço, quando for o caso, obrigatoriamente, deverá constar no texto, em negrito, que **o referido período já foi computado para fins de inatividade remunerada no COMAER.**

3.3 As Certidões de Tempo de Serviço não poderão ter emendas nem rasuras.

3.4 Não serão aceitos requerimentos encaminhados via fac-símile ou e-mail.

3.5 Os requerimentos que versem sobre pedidos de Certidões referentes a assuntos constantes nos arquivos do COMAER serão atendidos pelas OM da Aeronáutica, quando dispuserem da informação solicitada, ressalvada a competência estabelecida nesta ICA.

3.6 Serão concedidas Certidões de Inteiro Teor sobre matérias e assuntos em atendimento ao estabelecido na Lei de Acesso à Informação.

3.7 Somente será fornecida certidão acerca de informações de caráter pessoal, não alcançando as relativas a terceiros.

3.8 Quando se tratar de pedido de Certidão de Tempo de Serviço prestado por militar aeronavegante, poderá ser informado, quando solicitado, também, o período em que desempenhou atividades aéreas no COMAER.

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 A presente Instrução entra em vigor na data da publicação da Portaria de aprovação.

4.2 Os casos não previstos serão submetidos ao Exmo. Sr. Diretor de Administração do Pessoal.

4.3 Distribuição: G.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988;

BRASIL. Decreto 10.490-A, de 25 de setembro de 1942. Define e delimita a Zona de Guerra. Diário Oficial da União, Brasília;

BRASIL. Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967. Dispõe sobre os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de setembro 1967;

BRASIL. Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971. Dispõe sobre as prestações devidas a Ex-Combatentes segurados da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1º de setembro de 1971;

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Diário Oficial da União;

BRASIL. Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações. Diário Oficial da União;

BRASIL. Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997. Regula o direito de acesso a informações. Diário Oficial da União;

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Correspondência e Atos Oficiais: ICA 10-1. Brasília, 2015;

BRASIL. COMAER. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. Confeção, controle e numeração de publicações. ICA 5-1. Brasília, 2000;

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;

BRASIL. Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966. Regulamenta a lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965;

BRASIL. Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972. Dispõe sobre o Conselho de Disciplina e dá outras providências;

BRASIL. ICA 111-4. Conselho de Disciplina no âmbito do Comando da Aeronáutica;

BRASIL. Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972. Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências;

BRASIL. ICA 111-5. Conselho de Justificação no âmbito do Comando da Aeronáutica;

BRASIL. Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960. Dispõe sobre as Pensões Militares;

BRASIL. Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960. Aprova o Regulamento da Lei de Pensões Militares;

BRASIL. ICA 47-4. Aprova a reedição da Instrução que disciplina os procedimentos e rotinas para a elaboração, atualização e validação anual da Declaração de Beneficiários dos militares do Comando da Aeronáutica;

BRASIL. Código de Processo Civil de 2015;

BRASIL. Código Civil de 2002;

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

BRASIL. ICA 10-1 Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica - ICAER;

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.041, de 21 de outubro de 1969. Permite ao segurado da Previdência Social o cômputo do tempo de serviço militar voluntário, para efeito de aposentadoria;

BRASIL. Decreto nº 3.048 de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências;

BRASIL. Lei nº 4.375 de 17 de agosto de 1964. Lei do Serviço Militar;

BRASIL. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário; e

BRASIL. Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979. Simplifica exigências de documentos e dá outras providências.

BRASIL, Portaria nº 154, de 15 de maio de 2008. Disciplina procedimentos sobre a emissão de certidão de tempo de contribuição pelos regimes próprios de previdência social. Diário Oficial da União.

BRASIL, Lei nº 283, de 24 de maio de 1948. Assegura licença especial aos funcionários públicos, civis e militares. Diário Oficial da União.

ANEXO 1

MODELO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO MILITAR



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
 (NOME DA ORGANIZAÇÃO MILITAR)

CERTIDÃO N.º 000/SIGLA/000

Atendendo ao requerimento em que o ...(Posto/Graduação/Reservista/Senhor – Reserva Remunerada/Reformado/Reserva não Remunerada)(Nome), processo n.º XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX, solicita Certidão de Tempo de Serviço para fins de (comprovação/averbação) junto ao(Nome da Instituição)....., CERTIFICO, à vista dos documentos arquivados neste (a) (OM), que:(Nome)....., filho de e de, nascido em, natural de ...(Cidade).....-(Estado)...., foi INCLUÍDO na Aeronáutica em e DESLIGADO em Conta, dia-a-dia, como TEMPO DE EFETIVO SERVIÇO MILITAR: X.XXX dias, convertidos em XXXXXX ANOS, XXXXXX MESES e XXXXXX DIAS. No período supracitado, estava regido pela Lei ...(n.º/data.).... Esta Certidão está de acordo com o modelo previsto na Instrução para Emissão de Certidão de Tempo de Serviço Militar, de Serviço de Guerra e de Inteiro Teor no âmbito do Comando da Aeronáutica, aprovada pela Portaria n.º XXX/3HI1, de XX de XXX de XXXX, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica n.º XXX, de XX de XXX de XXXX. **O tempo de serviço militar é computado como tempo de contribuição, conforme previsto no inciso IV do art. 60, do Decreto nº 3.048/99 - Regulamento da Previdência Social. Certifico ainda que, a Instrução Normativa nº 45 INSS/PRES, de 6 de agosto de 2010, do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), reconhece, em seu art. 365, que a CTC relativa ao militar, tanto integrante da Força Armada quanto ao militar dos Estados e do Distrito Federal, por ter regras constitucionais previdenciárias diferenciadas do servidor titular de cargo efetivo, não se submete às normas definidas pela Portaria MPS 154, de 15 de maio de 2008.** E, como nada mais consta sobre o que foi requerido, eu,....(Nome)....,(Graduação/Especialidade)...., confeccionei a presente Certidão que, verificada e assinada por ...(Nome do Chefe)....(Posto)....(Cargo)...., vai autenticada com o Selo desta Organização Militar.// (Cidade),dede XXXX .//

(Nome do Chefe / Posto)

ANEXO 2
MODELO DE CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
(NOME DA ORGANIZAÇÃO MILITAR)

CERTIDÃO N.º 000/SIGLA/000

Atendendo ao requerimento em que o(Posto/Graduação/Reservista/Sr)..... ..(Reserva Remunerada/Reformado/Reserva não Remunerada)... ..(nome)....., processo n.º XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX, solicita Certidão de Inteiro Teor da publicação do para fins de comprovação junto(órgão)....., CERTIFICO, à vista dos documentos arquivados nesta Diretoria, que:(nome)....., filho de e de, nascido em, natural de(Cidade-Estado).....,(ato que deseja transcrever)....., conforme Boletim n.º, de, transcrito a seguir: :

..... “.....”

Esta Certidão está de acordo com o modelo previsto na Instrução para Emissão de Certidão de Tempo de Serviço Militar, de Serviço de Guerra e de Inteiro Teor no âmbito do Comando da Aeronáutica, aprovada pela Portaria n.º XXX/3HI1, de XX de XXX de XXXX, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica n.º XXX, de XX de XXX de XXXX. E, como nada mais consta sobre o que foi requerido, eu,.....(nome),...(posto/graduação/especialidade), confeccionei a presente Certidão que, verificada e assinada por(nome, posto do chefe).....(cargo do chefe), vai autenticada com o Selo desta Organização Militar.////////// (Cidade),....de..... de 20 .//////////

(Nome do Chefe / Posto)

ANEXO 3
MODELO DE CERTIDÃO DE SERVIÇO DE GUERRA
PARA MILITAR CONSIDERADO EX-COMBATENTE



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
 (NOME DA ORGANIZAÇÃO MILITAR)

CERTIDÃO N.º 000/SIGLA/000

Atendendo ao requerimento em que o Senhor/Posto da Reserva não Remunerada(Nome)....., processo nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX, solicita Certidão de Serviço de Guerra, para fins de habilitação à pensão especial de ex-combatente de que trata o inciso II do Art. 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, CERTIFICO, à vista dos documentos arquivados nesta Diretoria, que:(Nome)....., filho de e de, natural de ..(cidade).....(Estado)....., nascido em ..(data)....., foi INCLUÍDO na Aeronáutica em e LICENCIADO em Conta, dia-a-dia, como TEMPO DE EFETIVO SERVIÇO: X.XXX dias, convertidos em XXX ANOS, XXX MESES e XXX DIAS. PRESTOU SERVIÇO DE GUERRA durante o último conflito mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967,(atividade desempenhada – anexo 4). E, como nada mais consta sobre o que foi requerido, eu,(Nome)....., (Graduação/Especialidade), confeccionei a presente Certidão que, verificada e assinada por(Nome do Chefe).....,(Posto),(Cargo)....., vai autenticada com o Selo desta Organização Militar/////////(Cidade),....de.....de 20/////////

(Nome do Chefe / Posto)

ANEXO 4
ATIVIDADES RECONHECIDAS COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GUERRA POR MILITAR CONSIDERADO EX-COMBATENTE

São reconhecidas como participação efetiva em operações bélicas, as seguintes atividades desempenhadas pelos militares à época da Segunda Guerra Mundial, as quais constarão, no texto da Certidão, com a redação abaixo descrita:

a) No teatro de operações da Itália:

“... participando efetivamente de operações bélicas no teatro de operações da Itália, como ..(posto/graduação).., integrante do 1º Grupo de Aviação de Caça/ELO, sendo, por isso, condecorado com a Medalha de Campanha na Itália/Cruz de Aviação - Fita “A”, por Decreto de ..(dia/mês/ano).., publicado no Diário Oficial da União de (dia/mês/ano)”.

b) No Brasil

b.1) Missões de Patrulhamento Aéreo

“...participando efetivamente de operações bélicas, cumprindo missões de patrulhamento aéreo no litoral brasileiro, como ..(posto/graduação).., sendo, por isso, condecorado com a Medalha Cruz de Aviação – Fita “B”, por Decreto de ..(dia/mês/ano).., publicado no Diário Oficial da União de (dia/mês/ano)”.

b.2) Deslocamento à bordo de navio

“... nos termos da alínea “d” do § 2º do Art. 1º da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, por haver se deslocado do ..(Estado).. para . (Estado).., a serviço da Aeronáutica, à bordo do Vapor “Afonso Pena”, o qual participou do “Comboio CTR-2”, como ..(posto/graduação), no período de ..(dia/mês/ano).. a ..(dia/mês/ano)..

c) No Golfo do México e Mar do Caribe

“CERTIFICO, à vista dos documentos arquivados nesta Diretoria, e em consequência do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica, publicado no Diário Oficial da União nº ..., de ..(dia/mês/ano).., homologando os respectivos registros de voo a que se refere e nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, que ..(nome do requerente)... PRESTOU SERVIÇO DE GUERRA durante o último conflito mundial, participando efetivamente de operações bélicas, cumprindo missões de patrulhamento e combate na região do Golfo do México e Mar do Caribe, como...(posto/graduação)... (transcrever a participação do requerente constante na declaração fornecida pelo Consulado Geral dos Estados Unidos da América e o nº de horas voadas naquele período, homologadas pelo Comandante da Aeronáutica)”.

ANEXO 5**MODELO DE CERTIDÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GUERRA PARA MILITAR
QUE PERMANECEU NO SERVIÇO ATIVO ATÉ A INATIVIDADE**

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**

CERTIDÃO N.º 000/SIGLA/000

Atendendo ao requerimento em que o Posto/Graduação Reformado.....(Nome)....., processo nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX solicita Certidão de Serviço de Guerra para fins de, CERTIFICO, à vista dos documentos arquivados nesta Diretoria, que:(Nome)....., filho de e de, natural de ..(cidade).. - ..(Estado)....., nascido em ..(dia/mês/ano)....., PRESTOU SERVIÇO DE GUERRA durante o último conflito mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, ...(atividade desempenhada – anexo 4)....NÃO É EX-COMBATENTE, por contrariar a condição prevista no Art. 1º da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, uma vez que não foi licenciado do serviço ativo e, com isso, não retornou à vida civil definitivamente após a Segunda Guerra Mundial. E, como nada mais consta sobre o que foi requerido, eu,(Nome)....., (Graduação/Especialidade), confeccionei a presente Certidão que, verificada e assinada por(Nome do Chefe).....,(Posto).....(Cargo)....., vai autenticada com o Selo desta Organização Militar.//.....(Cidade), de de 20

(Nome do Chefe / Posto)

ANEXO 6
MODELO DE CERTIDÃO DE SERVIÇO DE GUERRA PARA PILOTO CIVIL



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

CERTIDÃO N.º 000/SIGLA/000

Atendendo ao requerimento em que o requerimento em que o Senhor(Nome)....., processo n.º ..-../...../.., solicita Certidão de Serviço de Guerra, para fins de habilitação à pensão especial de ex-combatente de que trata o inciso II do Art. 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, CERTIFICO, à vista dos documentos arquivados nesta Diretoria, no Departamento de Aviação Civil e nos termos do § 1º do Art. 1º da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, que:(Nome)....., filho de e de, natural de ...(cidade)... - ..(Estado)...., nascido em ...(dia/mês/ano)...., **PRESTOU SERVIÇO DE GUERRA** durante o último conflito mundial, participando efetivamente de operações bélicas **COMO PILOTO CIVIL**, por solicitação de autoridade militar, nos termos do parágrafo único do Art. 2º da Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971, realizando vôos de patrulhamento, busca, vigilância, localização de navios torpedeados e assistência aos naufragos, no período de ..(dia/mês/ano).. a ..(dia/mês/ano)...., em cumprimento à determinação do Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica, constante no Ofício A/G-3 (Pessoal Secreto), de 8 de setembro de 1942. E, como nada mais consta sobre o que foi requerido, eu,(Nome)...., (Graduação/Especialidade), confeccionei a presente Certidão que, verificada e assinada por ..(Nome do Chefe Posto) / (Cargo), vai autenticada com o Selo desta Organização Militar
////////////////////////////////////(Cidade), de.....de 20 ..////////////////

(Nome do Chefe / Posto)

ANEXO 7
MODELO DE REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO

(Localidade), ____ de ____ de 20__

Do: _____

Ao (Exmo Sr./Sr.) Diretor/Comandante/Chefe do(a) (OM)

Assunto: Certidão (requer)

Anexos : _____

(vide itens 2.3.2. a 2.3.4.1 desta ICA)

_____,
(nome completo sem abreviatura)
 filho(a) de _____ e de _____

nascido (a) em ____/____/____, natural de _____ - _____,
(Cidade) (UF)
 residente na _____ - _____,
(Rua /Av nome,nº, bairro e cidade/UF)

Cep: _____ - _____, telefone nº (____) _____, tendo sido INCLUÍDO(A)
 no Comando da Aeronáutica no (a) _____, em ____/____/____,
(Organização Militar)

e EXCLUÍDO(A) no (a) _____, em ____/____/____,
(Organização Militar)

no(a) _____ de _____, requer a V. Exa./Sa. CERTIDÃO DE
(Posto/ Graduação)

_____ para fins _____, junto ao _____
(Tempo de Serviço Militar, Serviço de Guerra, Inteiro Teor) (averbação/comprovação) (Órgão de Destino)

_____.

É a _____ vez que requer.
(1ª, 2ª, 3ª, ...)

 Assinatura

ANEXO 8
REQUERIMENTO DE CERTIDÃO POR
PROCURADOR, PENSIONISTA BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Quando o requerimento for efetuado por procurador; representante legal; pensionista do militar, bem como outro beneficiário de falecido que tenha prestado serviço no COMAER, a parte inicial do pedido, constante no modelo do Anexo 7, deverá ser redigida conforme abaixo descrito:

a) Procurador/Representante legal

“ _____, procurador/representante
(nome completo do requerente - sem abreviatura)
legal do _____, filho de ...”
(nome do militar – Ativa/R1/ R2/Refm)

b) Pensionista

“ _____, pensionista do _____
(nome completo do(a) requerente – sem abreviatura)
_____, falecido em _____, na situação
(nome do militar) (dia/mês/ano)
de _____, filho de ...”
(Militar da Ativa/R1/R2//Refm)

c) Beneficiário de falecido que tenha prestado serviço no COMAER

“ _____, _____ do _____,
(nome completo do(a) requerente - sem abreviatura) (ordem de prioridade na declaração) (nome do falecido)
falecido em _____, filho de _____ e _____,
(dia/mês/ano) (filiação)
requer a V. Exa./Sa. CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR do (a) _____
(ato a ser certificado)
